

## CONTENIDO

Introdução .....	156
Paraty: de lugar de memória a construção de um espaço turístico .....	159
Turismo, urbanização e lugar de consumo.....	163
Para não concluir: o dilema do reconhecimento como Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade .....	168
Referências.....	171

do Nascimento, M., & Piñon de Oliveira, M. (2021). O dilema da patrimonialização em tempos de globalização: Cidade de Paraty, Rio de Janeiro, Brasil. En Yory, C. M. (Ed.), *Identidad territorial, globalización y patrimonio* (pp. 154-171). Editorial Universidad Católica de Colombia.  
<https://doi.org/10.14718/9789585133761.2021.8>

- 1 Los autores suscriben el presente trabajo como parte integral de la investigación *Identidad territorial, globalización y patrimonio*, desarrollada en el marco institucional de la Universidad Católica de Colombia, por tanto, ceden los derechos del mismo para la presente publicación.
- 2 Professora Doutora do Curso de Turismo e da Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Turismo, Campus Maracanã/RJ, Brasil. Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Realizou estágio de pesquisa de doutorado na Universitat de Barcelona, Espanha. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Patrimônio Histórico, Educação e Turismo e desenvolve projetos de pesquisa e extensão nos seguintes temas: espaço público, cidadania, turismo, território e educação.  
<https://orcid.org/0000-0001-6583-9622>  
marcelapadilha.uerj@gmail.com
- 3 Professor Titular de Geografia Urbana da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado e doutorado), Niterói/RJ, Brasil. Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado realizado na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris (EHESS), França. Foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) e Coordenador Adjunto da Área de Geografia da CAPES, Brasil. É coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas (NEURB/UFF). Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas urbanas, estudos sobre a metrópole, cidade e cidadania, espaço, território, patrimônio e memória urbana.  
<https://orcid.org/0000-0001-5291-0784>  
marpinon@pq.cnpq.br

# O DILEMA DA PATRIMONIALIZAÇÃO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO: Cidade de Paraty, Rio de Janeiro, Brasil<sup>1</sup>

# 8

Marcela do Nascimento-Padilha<sup>2</sup>  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Márcio Piñon de Oliveira<sup>3</sup>  
Universidade Federal Fluminense



Praça no bairro Mangueira  
Marcela Padilha, 2011

*Resurrección de realidades enterradas, reaparición de lo olvidado y lo reprimido que, como otras veces en la historia, puede desembocar en una regeneración. Las vueltas al origen son casi siempre revueltas: renovaciones, renacimientos.*

Octavio Paz, *La casa de la presencia*

Desde civilizações antigas até as grandes metrópoles industriais, verifica-se a ocorrência de mudanças de grande impacto, tanto no ocidente quanto no oriente, que ocorrem, sobretudo, nos espaços urbanos. As cidades, sendo espaços onde a vida social se mostra mais evidente e dinâmica, seguiram as transformações experimentadas pelas diversas sociedades ao longo da história e, assim, elas —cidades e sociedades— são continentes, condicionantes e retratos de seu tempo.

No entanto, é possível encontrar pontos comuns entre cidades e sociedades de diferentes momentos da história e, até mesmo, verificar semelhanças entre nossas cidades ocidentais atuais e aquelas de milhares de anos atrás. Tais elementos são vistos como vínculos que as unem a outros povos, com outros costumes e crenças, mas que, no entanto, não estão completamente separados de nós, são “uma acumulação desigual de tempos” (Santos, 1984, p. 5).

Essas correspondências há muito despertam a curiosidade e o interesse por parte de grande número de pessoas que, em geral, buscam alguma identificação com possíveis remotos ascendentes.

No momento em que as coisas parecem mudar a uma velocidade que foge mesmo à nossa percepção,

a busca pelas origens e elementos de identidade tem se mostrado cada vez mais difundida. Olhar um objeto e perceber nele algo com o qual, de alguma maneira, nos identificamos nos parece um tipo de porto seguro, algo que nos faz crer que não corremos o risco de não sabermos de onde viemos. As palavras de Octavio Paz na epígrafe de abertura deste texto (1994) apontam justamente para essa vontade, que muitos de nós possuímos, de renascer ou mesmo de sentir-se parte do mundo a partir da volta às origens.

Nesta perspectiva, se podemos destacar um ponto em comum entre as cidades de diferentes tempos e espaços é a característica de reunir uma significativa aglomeração de pessoas e edificações, característica esta que foi responsável, desde o seu surgimento, pela promoção de trocas de conhecimentos e, por conseguinte, pelas múltiplas inovações técnicas, políticas e sociais.

Algumas cidades, como espaços-tempos rememoráveis, influenciaram gerações, por vezes, secularmente, devido à grandeza de seus feitos e à importância de sua organização espacial e de suas construções. Uma das formas de se estender e transcender a vida dessas cidades e de seus maiores fatos e personagens, ainda que apenas na memória dos outros, foi pela construção e uso dos monumentos que deixaram marcas indeléveis no lugar. Estes objetos eram construídos para imortalizar um lugar, pessoa ou evento e, portanto, eram concebidos para desempenhar a função memorial e para cristalizar signos e significados no espaço-tempo,

ao que Augustin Berque (1998) denomina de “paisagem marca”.

Ao longo das diferentes épocas de nossa história, a concepção de *monumento* foi se transformando de acordo o contexto social, cultural e político do momento e passou a ser um objeto concebido *a posteriori*, isto é, que ganha a função memorial depois de construído. Do *monumento* passamos ao *patrimônio histórico*, que carrega consigo a ideia de reunir um conjunto de monumentos e/ou de construções diversas que simbolizam a história e a cultura de um lugar e de seus habitantes, para, além do momento presente e que integra um “patrimônio comum”, as “futuras gerações”<sup>4</sup>.

A noção de patrimônio histórico tornou-se muito cara no universo das cidades contemporâneas, pois, ao mesmo tempo em que acompanhavam o curso da urbanização mundial, estas, as cidades, cuja história remonta há séculos e milênios, passaram a lidar também com a questão de como proteger, preservar ou mesmo restaurar o seu patrimônio histórico. Por vezes, cidades inteiras, no seu conjunto de monumentos e edifícios, se enquadram no conceito de patrimônio histórico. Por outras, o que é mais comum, a sua área urbana central, inicial na origem da cidade, a que se passou a chamar de “centro histórico”, presentes em diversas cidades do mundo.

4 A propósito da noção de monumento, a *Carta de Veneza*, documento aprovado em 1964 durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos realizado na cidade de Veneza, foi uma importante contribuição a afirmação de um interesse universal pela conservação de monumentos históricos (Silva, 2003, pp. 52-53).

Com a difusão do turismo, a partir da segunda metade do século XIX, surgiu também um interesse de diversas pessoas por conhecer os centros históricos e seu patrimônio cultural, interesse esse que aumentou progressivamente ao longo do tempo. Nada mais comum hoje, ao se chegar em uma cidade como turista, do que o *city tour*, a pé ou através de algum veículo motorizado, percorrendo os principais sítios e monumentos que compõem o patrimônio histórico da cidade.

No entanto, verifica-se que o grande crescimento do culto ao patrimônio histórico ocorreu após o fim da Segunda Guerra Mundial, mas, principalmente, a partir da década de 1960, devido a importantes e rápidas transformações econômicas, sociais e políticas que ocorreram no mundo inteiro, que intensificaram o turismo, e que se desdobraram na chamada *globalização*, como o *sistema-mundo* reinante<sup>5</sup>.

Desde então, o patrimônio cultural tornou-se um dos grandes motivos das viagens de turismo e repercutindo diretamente em suas atividades o fenômeno da globalização. De valor de uso, cerimônias cívicas, cultos, práticas culturais e religiosas, os monumentos passaram muito rapidamente de patrimônios históricos a lugares de consumo material e imaterial, regidos pelo valor de troca e pela lógica da mercadoria.

Este fato, posto, gerou uma verdadeira indústria responsável por intervir, de forma decisiva,

5 Sobre o sistema-mundo, ver Wallestein (1993).

nos destinos turísticos, mercantilizando o espaço e alterando as relações sociais que nele ocorrem. Conforme nos sinaliza Fernanda García (1997), trata-se de um momento em que se dá “a passagem do predomínio do valor de uso da cidade, e seus monumentos, à venda desta, como lugar, a partir de sua imagem” (p. 34).

O centro histórico, sendo uma área antiga da cidade, em geral possui três destinos possíveis: primeiro, ser uma zona na qual se encontra uma aglomeração de edifícios onde o peso dos anos já lhes provoca danos, sem espaços amplos e verdes, com ruas estreitas e mal pavimentadas, uma população envelhecida, sensação de insegurança ou mesmo insegurança real, enfim, uma área degradada, física e socialmente pelos interesses capitalistas de “progresso” e expansão da cidade.

Segundo, ser uma zona revitalizada para atrair visitantes, empresários e toda uma indústria cultural do turismo. Em ambos os casos, o que se costuma verificar é o prejuízo dos moradores locais, que se deparam com duas possibilidades, segundo o processo pelo qual passa o centro histórico: permanecer em um lugar degradado ou ser obrigado a mudar-se para outro lugar devido à valorização dos imóveis<sup>6</sup>.

De manera que el tejido histórico se vacía, la ciudad se convierte en un contenedor ‘hueco’,

6 Sobre esse processo, ver a consideração feita por Ramón Lopez de Lúcio e os exemplos do Centro Histórico da cidade de Salvador, na Bahia Juarez (Duarte Bomfim, 2010), e do Bairro do Recife, na cidade do Recife, em Pernambuco (Rogério Leite Proença, 2007).

en un mero escenario de su antiguo prestigio en el mejor de los casos. El despoblamiento residencial origina la desaparición del comercio cotidiano y de los servicios a la población [...]. (López, 2008, p. 70)

E terceiro, decorrente do segundo, é a revitalização dos centros históricos em detrimento de toda uma parcela da cidade que o envolve. Isso pode levar a uma grande valorização do centro antigo e do seu entorno imediato, mas também a uma expansão desordenada das demais zonas da cidade. Dessa forma, em grande parte dos casos, criam-se áreas carentes de serviço, que recebem grande quantidade de pessoas atraídas pelas oportunidades geradas pela atividade turística, além dos antigos moradores do centro que nele não puderam permanecer, seja pela pressão da grande valorização dos imóveis, seja pelo aumento do custo e da dificuldade de manutenção dos mesmos.

Tal situação tende a provocar um esvaziamento cidadão dos espaços públicos do centro histórico, visto que as suas ruas e praças passam a ser mais frequentadas por turistas e moradores que aí possuem —que podem pagar os altos preços das mercadorias aí vendidas— do que pela maioria dos habitantes da cidade. Embora economicamente a população local possa, em parte, se beneficiar dos empregos que são gerados com a revitalização do centro histórico, socialmente ela tem grande perda, uma vez que o espaço mais simbólico de sua cidade passa a lhe impor certas barreiras que dificultam a sua frequência e uso do mesmo.

Obviamente, essa não é uma tarefa fácil. Fazer com que as políticas de revitalização ou requalificação de centros históricos, transformados em atrativos turísticos, mantenham seus antigos moradores, sem os transformarem em “clientes” de programas sociais. Essa questão é demasiadamente complexa e exige a reflexão e a ação de diferentes profissionais, da população local, dos poderes públicos e da iniciativa privada.

Nesse sentido, é importante ressaltar que consideramos o turismo tal como definido por Aguinaldo Fratucci (2008), isto é, como sendo o resultado das ações e das interações dos diversos agentes sociais que o produzem, e não como o sujeito do processo de turistificação. Por conseguinte, é preciso que as políticas e as ações voltadas para a relação patrimônio histórico e turismo reservem uma posição central para a dimensão espacial, considerando-a como fundamental para a promoção da qualidade de vida local e que continuem assegurando para a população o uso do patrimônio, a ela legado, por gerações anteriores, como espaço público.

A cidade na qual nos apoiaremos para analisar tal problemática é Paraty, localizada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro. Paraty é um caso raro em que todo o território municipal é tombado como Monumento Nacional, no entanto, os problemas que enfrenta são bastante comuns às cidades que possuem grandes parcelas de seus territórios patrimonializadas.

## Paraty: de lugar de memória a construção de um espaço turístico

O município de Paraty, cuja área totaliza 928,467 Km<sup>2</sup> (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010), localiza-se no litoral sul fluminense, junto à divisa com o Estado de São Paulo, e possui três distritos: Parati, Parati-Mirim e Tarituba (Figura 1).

Sua configuração geomorfológica compreende as encostas íngremes da Serra da Bocaina (trecho da Serra do Mar), os vales de diversos rios que dela descem, e uma estreita planície litorânea. Alberto Lamego (1948) nos fornece uma descrição precisa e rica da região onde o município está localizado:

Minúsculas enseadas, incontáveis, aninham-se na calmaria dessas águas entre escabrosas saliências que as ocultam. Em seus côncavos, uma fimbria de areia fina, e, por trás dela, logo as subidas íngremes, os aclives bruscos da cordilheira que mergulha diretamente as raízes num mar sem ondas, protegido pela Marambaia, pela Ilha Grande e pelo espigão continental que de Parati avança para leste [...] (p. 92)

A antiga Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parati<sup>7</sup> estabeleceu-se em um sítio bastante favorável, a atividade portuária, pois trata-se de uma faixa de planície costeira, localizada entre dois rios, Perequê-Açú e Matheus Nunes (ou Patitiba), que

7 Observa-se aqui que Paraty, grafia da língua indígena tupi-guarani, aparece escrito com “i” e não com “y” ao final. Isto é bem comum nos documentos oficiais, mapas e cartas de órgãos oficiais do Estado. Por um posicionamento político e respeitoso a cultura tupi-guarani, mantivemos, ao longo da maior parte do texto, a grafia original com “y”, a começar pelo título do trabalho.



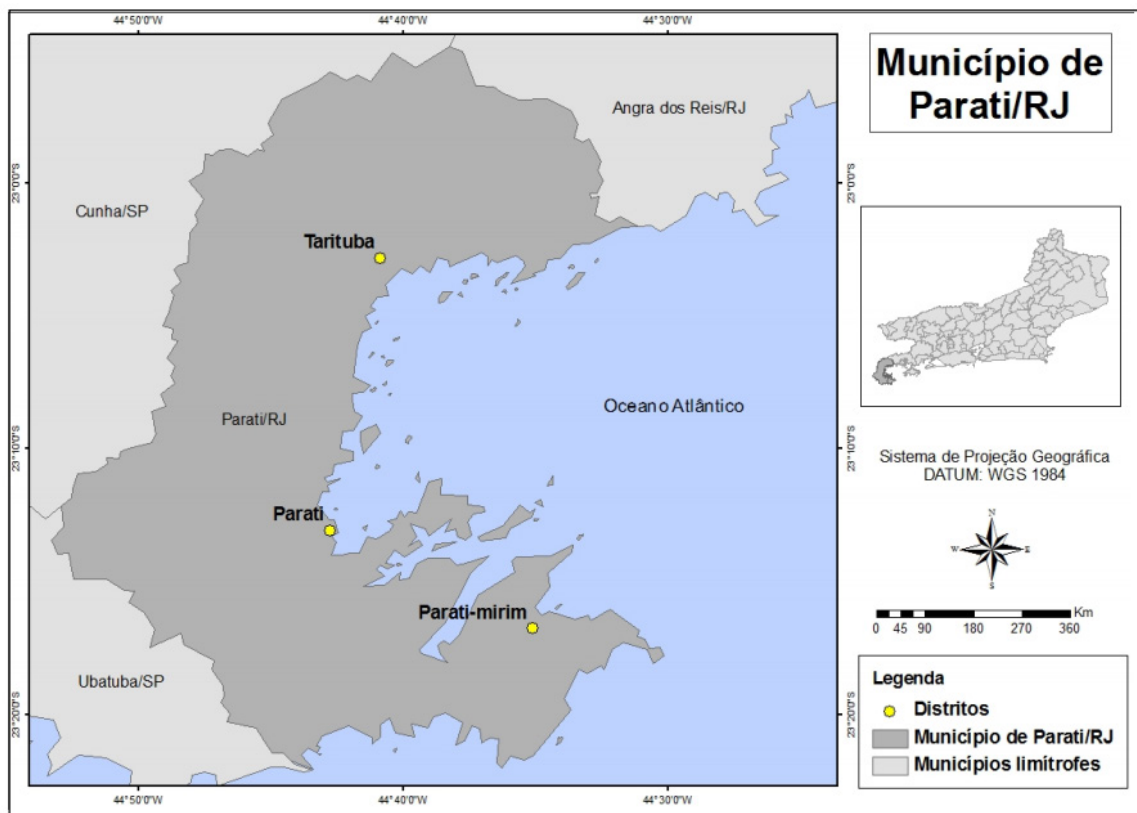


Figura 1. Município de Paraty com divisão de Distritos (Parati, Parati Mirim e Tarituba)

Fonte: elaborado por Marcela Padilha (2011).

foram muito importantes na ligação desta antiga vila com as demais do entorno, em especial a Vila de Cunha, situada no meio da Serra do Mar (Figura 2).

A serra íngreme muito próxima à linha de praia em toda a região, assim como a mata densa, dificultara, no passado, a penetração para o interior do território. Por isso, os poucos caminhos abertos eram muito valorizados, e entre eles estava a trilha dos índios guaianás, que ligava Paraty, no litoral, ao planalto, no interior. E foi pela existência deste caminho que Paraty iniciou seu processo de crescimento, pois passou a ser o principal porto de escoamento de ouro das Minas Gerais para o Rio

de Janeiro no período colonial. O fato de ser um importante entreposto lhe rendeu bons anos de crescimento econômico e, por conseguinte, urbano, tanto no ciclo do ouro, no século XVIII, quanto no ciclo do café, no século XIX.

Entretanto, quando sua posição geográfica deixou de ser estratégica, Paraty experimentou quase um século de estagnação e isolamento, o que lhe fez preservar grande parte do seu conjunto arquitetônico. Assim, foi vista, em meados do Século XX, como uma das joias coloniais. Face a este contexto histórico-geográfico, foi considerada, o imediato pós-guerra, em 1945, Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro e, em seguida, em 1958,

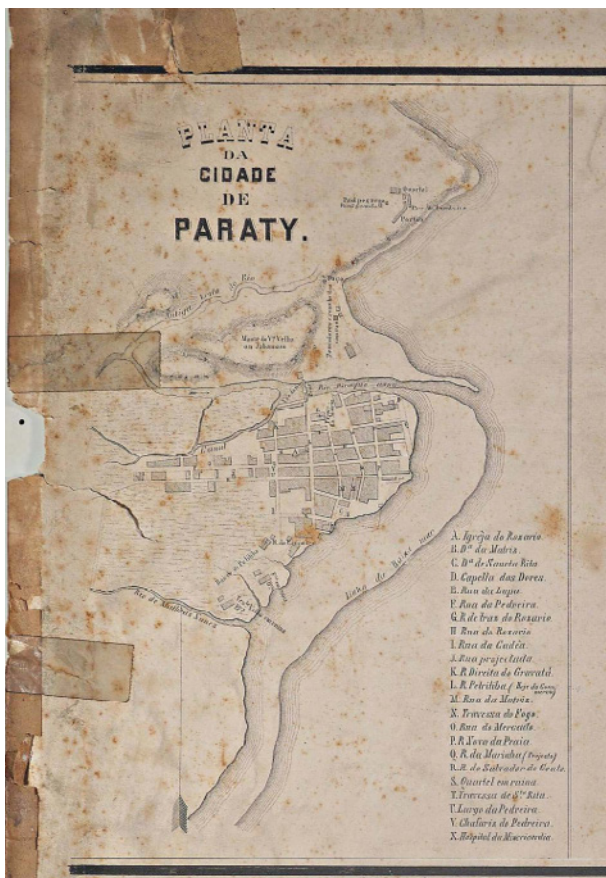


Figura 2. Planta Chorographica da Provincia do Rio de Janeiro de 1861

Fonte: Arquivo Nacional do Brasil.

tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A singularidade de Paraty é que, não apenas o seu conjunto de prédios, ruas e monumentos foram patrimonializados, como também todo o município foi convertido em Monumento Nacional por meio do Decreto nº 58.077 de 24 de março de 1966, devido ao “[...] valor excepcional de seu conjunto arquitetônico, [e à sua] extraordinária beleza natural [...], além da importância do papel histórico que ele representou como elemento de ligação entre as

Capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais [...]”.

Após o seu tombamento pelo IPHAN, profissionais envolvidos com a atividade turística passaram a ver em Paraty um grande potencial a ser explorado. Com a atividade turística, a cidade ganhou não só visitantes, mas também novos moradores e teve, assim, sua população praticamente duplicada entre 1970 e 2000.

Contraditoriamente, a conversão de Paraty em Monumento Nacional coincide com o crescimento da intervenção do governo federal na cultura a partir de 1964, no período do regime militar<sup>8</sup>, e com a promoção do turismo no Brasil a partir de 1966, ano de criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). No ano seguinte, o Brasil assinou a Carta de Quito, documento que foi o resultado da convenção da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nela se recomendava a valorização do patrimônio histórico aliada ao desenvolvimento turístico (Rodrigues, 2002).

No mesmo ano em que assinou a Carta de Quito, o governo brasileiro instituiu o Sistema Nacional de Turismo; também, em 1967 é realizado o I Encontro Oficial de Turismo Nacional; e em 1968 é criado o Conselho Nacional de Turismo (CNTur). Tais medidas mostram claramente a intenção do governo brasileiro de “fomentar uma atividade econômica que atendia ao desenvolvimento social,

<sup>8</sup> O regime militar no Brasil foi implantado em 31 de março de 1964 e durou vinte e um anos no país.



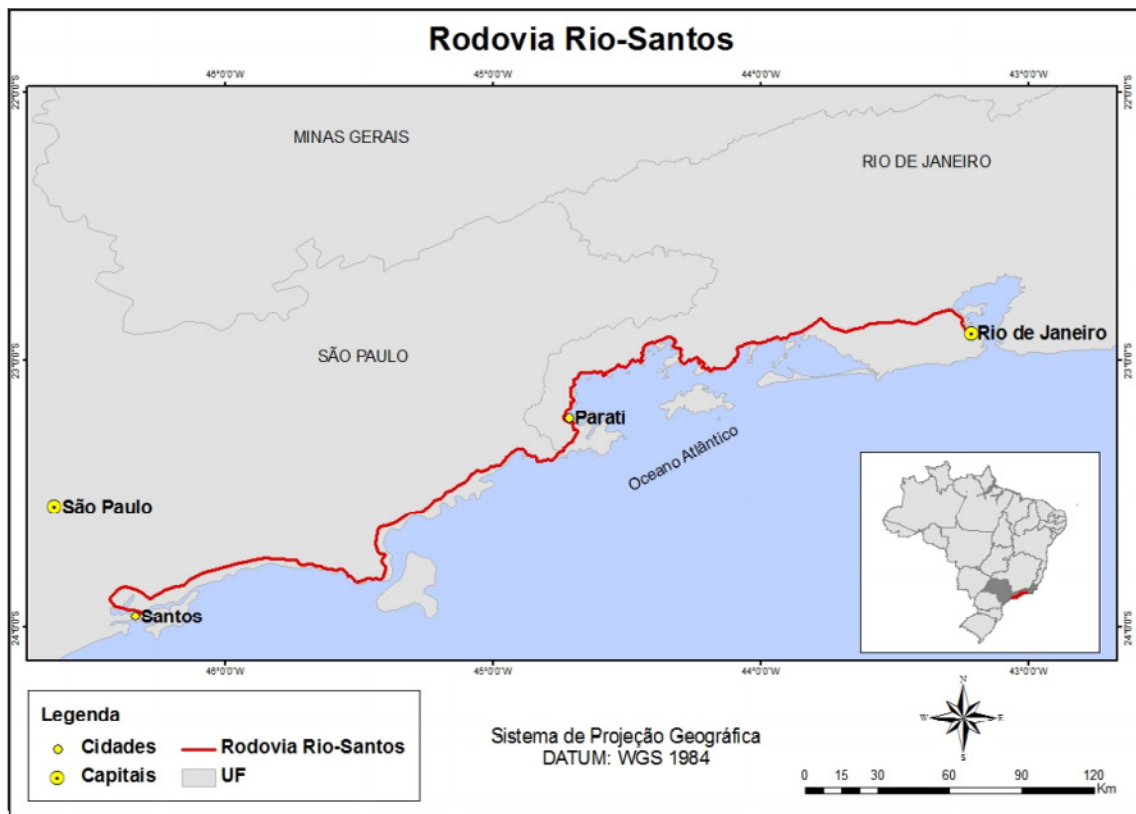


Figura 3. BR 101, trecho Rio-Santos, ligando as cidades do Rio de Janeiro, Paraty e Santos (que possui ligação com a cidade de São Paulo).

Fonte: elaborado por Marcela Padilha, 2011.

meta que, com a segurança e integração nacionais, constituía, então, o núcleo da política do governo federal” (Rodrigues, 2002, p. 19).

O turismo aliado à valorização do patrimônio histórico servia perfeitamente aos interesses do governo militar de promover a identidade e o orgulho da nação, além de ser economicamente viável, como já mostravam exemplos de outros países. Desse modo, segundo Rodrigues (2002),

A valorização turística do patrimônio [...] possibilitava a manipulação de um universo simbólico de considerável importância para o reforço do civismo. A propaganda dos ‘monumentos históricos’, juntamente com a das ‘festas típicas’ e ‘belezas naturais’, poderia promover aos olhos

do mundo, e dos brasileiros, a imagem de um país com tradição e potencialidade para enfrentar o futuro (p. 19).

No entanto, nesse período, o patrimônio histórico brasileiro não apresentava boas condições para o turismo, pois estava mal conservado e carecia de mão de obra especializada para realizar a sua conservação. Além disso, o acesso a muitas cidades brasileiras era precário, o que também dificultava a promoção do turismo nas mesmas.

Paraty se insere, exatamente, nesse contexto de muitas leis de incentivo e regulação do patrimônio, mas muito poucas condições de viabilidade efetiva de sua conservação. Aos seus longos anos de “esquecimento” se deve a permanência de seu conjunto

arquitetônico, mas também a deterioração do mesmo, visto que ficou praticamente abandonado e, por conseguinte, sem qualquer manutenção. Além disso, a única estrada que dava acesso à cidade era a Paraty-Cunha, que, no final da década de 1960, encontrava-se em péssimo estado de conservação.

Tais problemas começaram, em parte, a ser solucionados na década de 1970. A abertura do trecho Rio-Santos da rodovia BR-101 (Figura 3), que ligou a cidade do Rio de Janeiro a São Paulo pelo litoral, inseriu Paraty na rota das duas maiores metrópoles brasileiras, facilitando, assim, a chegada dos visitantes.

Mais tarde, em 1973 é implementado, pelo governo federal, o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas, que envolvia a formação de mão de obra especializada em restauro de edifícios históricos, incentivos tributários, restauração de imóveis, entre outras medidas. E, em 1975, houve a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), destinado a ser um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. Ambos foram incorporados ao IPHAN em 1979, transformando-se em uma só instituição.

Assim, contando com uma rodovia que lhe devolvia a posição privilegiada perdida no passado, e também com um trabalho de restauração de seu conjunto arquitetônico, Paraty iniciou seu “ciclo turístico”, atraindo não só visitantes, como, também, pessoas interessadas em residir e trabalhar na cidade, visto que se mostrava um lugar economicamente próspero e aprazível.

Também, na década de 1970 o desenvolvimento sustentável e a valorização do patrimônio natural passam a ocupar uma posição de destaque nas preocupações de diversos países, inclusive o Brasil. Com isso, as belezas naturais passam a ser o foco de interesse do ecoturismo, o que promoverá um atrativo ainda maior de Paraty, visto que o município abriga grande riqueza de fauna e flora. Para completar o conjunto de atrativos turísticos de Paraty, o município ainda conta com diversas praias, de pouca ou nenhuma ocupação humana.

Assim, o município de Paraty conta com três importantes produtos do turismo: a cultura, “sol e praia” e o ecoturismo. Nesse sentido, o turismo encontrou aí um campo extremamente fértil para se desenvolver, e o município, por sua vez, viu no turismo a grande chance de sair do “esquecimento” e retomar seu lugar de destaque nos cenários regional e nacional.

## Turismo, urbanização e lugar de consumo

Embora, as condições para o despertar da atividade turística de Paraty tenha ocorrido nas décadas de 1940 e 1950, com o título de Patrimônio Estadual e a reabertura da estrada do Facão<sup>9</sup>, o seu processo de urbanização, com o maior crescimento de sua população urbana em relação à rural, apenas se fez sentir, efetivamente, a partir de 1970 (Figura 4), quando a cidade já havia sido declarada

9 A estrada do Facão é a antiga estrada do “Caminho do Ouro”, que ligava Paraty, no litoral fluminense à cidade de Cunha (SP), cortando a serra de mesmo nome, em direção as Minas Geraes, em fins do século XVII e século XVIII. É conhecida também como caminho velho da Estrada Real.



Figura 4. Vista aérea da cidade de Paraty em 1964.

Destaque para a vasta planície costeira, ainda muito pouco ocupada ao fundo.

Fonte: Inventário do IPHAN - Arquivo Noronha Santos.

Monumento Histórico Nacional e a rodovia Rio-Santos inaugurada. Desde, então, a cidade não parou mais de crescer.

Segundo o censo demográfico do 2010 (IBGE, 2010), o município teve um crescimento demográfico de 135% entre 1970 e 2010 e hoje cerca de 73% da população é urbana. Entre 1970 e 1980, o número de habitantes residentes na área urbana passou de 4169 para 8934 pessoas, mais do que dobrou. Isto provocou mudanças socioespaciais significativas na cidade de Paraty.

Houve expansão da malha urbana para além dos limites do Centro Histórico, com o loteamento de antigas chácaras, e a refuncionalização de muitos edifícios remanescentes dos séculos XVIII e XIX, alterando suas funções de residencial para comercial.

Pousadas, restaurantes, lojas de *souvenires*, etc., surgiram em grande número, desde então. O número de casas de veraneio ou segunda residência também cresceu expressivamente.

Tal crescimento demográfico foi acompanhado por mudanças significativas no espaço urbano e nas dinâmicas sociais. Além disso, o Centro Histórico foi a área da cidade que recebeu maior atenção do poder público, enquanto a área do entorno deste cresceu sem planejamento e sem o cuidado que fora dispensado à parcela mais valorizada da cidade. Isto resultou na configuração de “duas cidades em uma”, isto é, a cidade dos turistas —pitoresca, restaurada, ordenada, relativa ao Centro Histórico— e a que cresceu em função desta —de aparência urbana contemporânea, porém desordenada e de urbanização irregular e deficiente—.

Esta diferença física pode ser claramente notada na paisagem através das duas entradas da cidade: uma pelo mar (Figura 5) e outra por terra (Figuras 6 e 7). Por mar, avista-se um conjunto arquitetônico harmonioso e originalmente colonial, que repousa sobre uma base plana e é emoldurado pela montanha verde, combinando com a água tranquila da baía da Cajaíba. Por terra adentra-se uma cidade contemporânea, com loteamentos socialmente heterogêneos e muitas construções que procuram imitar o estilo colonial dos casarios do Centro Histórico, e cuja infraestrutura é visivelmente deficitária.

Apesar de muitas ruas em bairros fora do Centro Histórico terem recebido pavimentação, o



Figura 5. Paisagem do Bairro Histórico de Paraty vista a partir do mar.

Fonte: IPHAN (2019), Public Domain.

tratamento urbano é nitidamente contrastante. Ao compararmos as Figuras 8 e 9, podemos notar que a praça no bairro Mangueira, que deveria ser um espaço público agradável, não tem manutenção e limpeza adequadas, muito diferente da Praça da Matriz, no Centro Histórico.

No que tange à dinâmica social, também é possível perceber uma clara diferença entre as duas partes da cidade. No Bairro Histórico ainda é possível encontrar antigos moradores, porém estes são cada vez mais raros, devido à dificuldade de se viver na zona mais valorizada e movimentada da cidade que desperta a cobiça de empresários que chegam à cidade para implantar aí seus negócios voltados ao turismo e a renda obtida pelo aluguel de imóveis e a especulação imobiliária.

Neste sentido, o Centro Histórico, com seu casario colonial e suas ruas em calçamento típico em pedras “pé de moleque”, ao longo das duas últimas décadas, foi se transformando em uma espécie de lugar para visitas e compras, um verdadeiro *shopping* a

céu aberto, onde os clientes são, na maioria, turistas ou moradores eventuais, pois os preços das mercadorias aí vendidas são demasiadamente altos para a maioria dos paratienses. Este processo de produção de um lugar de e para o consumo no Centro Histórico se intensificou mormente a partir 2003 com a realização da Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP)<sup>10</sup>.

Alguns serviços e instituições públicas deixaram o Bairro Histórico para se instalarem em outros locais da cidade. Assim, a população que antes frequentava este lugar da cidade para ter acesso a alguns serviços, como banco, correios, ou mesmo a Prefeitura e sua administração, deixou de fazê-lo ou o faz cada vez menos, pois hoje os moradores de Paraty vão ao Bairro Histórico, basicamente, para passar o tempo livre ou para participar de algum

.....  
<sup>10</sup> O principal evento turístico da cidade, movimentando enormemente a economia local, recebendo turistas de todo o Brasil e de diferentes países do mundo. Tornou-se uma marca da cidade e ocorre anualmente, no mês de julho. Em estilo globalizado, a FLIP é considerada o maior festival literário do Brasil e da América do Sul e seu sucesso deve-se a participação, por meio de palestras, debates, oficinas literárias e eventos paralelos, de importantes autores de reconhecimento internacional.



Figuras 6 e 7. Entrada da cidade por via terrestre, Av. Roberto Silveira. As fachadas das lojas não seguem um padrão, o que deixa a principal entrada da cidade com aspecto de desordem.

Fonte: fotos de Marcela Padilha, março de 2011.



Figuras 8 e 9. Praça no bairro Mangueira (à esquerda) e Praça da Matriz (à direita).

Fonte: fotos de Marcela Padilha, março de 2011.



culto religioso, como a festa de Nossa Senhora dos Remédios, padroeira da cidade<sup>11</sup>.

Isto leva a um significativo esvaziamento citadino do Bairro Histórico da cidade, que ora se vê mais frequentado por pessoas que não têm, necessariamente, um vínculo com Paraty, sua história e sua cultura. Embora venha ocorrendo uma certa mobilização por parte da população local de manter as suas tradições, que busca apresentar resistência, essa tarefa torna-se a cada dia mais difícil, devido à grande valorização dos imóveis do Bairro Histórico e a comercialização e turistificação das tradições. Incluso, algumas festas e outros tipos de

11 A tradicional festa de Nossa Senhora dos Remédios —padroeira de Paraty— tem sua origem na França, de onde se espalhou pela Península Ibérica e é celebrada em Paraty há mais de 300 anos, sendo a 2ª festa mais tradicional de toda cidade. A festa da padroeira também se caracteriza por ter o retorno à cidade dos membros das famílias, parentes e amigos que residem fora para pedir alguma graça, “pagar promessas” e desfrutar de dias de confraternização com familiares e amigos. Fonte: Paraty Turismo e Ecologia (2019).

manifestações populares típicas de Paraty estão sendo direcionadas para os visitantes e, por isso, algumas delas vêm se descaracterizando, como, por exemplo, o uso de equipamentos musicais eletrônicos nas cirandas<sup>12</sup>.

Por outro lado, a pressão pela venda de imóveis no Centro Histórico é muito grande, pois a cada ano os preços são elevados, com a valorização do espaço pelo turismo, a um ponto que os proprietários não conseguem recusar as ofertas. O resultado, em geral, é que os proprietários acabam por vender a sua casa para alguém que deseja ter ali uma segunda ou terceira residência ou mesmo um empresário que quer transformá-la em pousada, restaurante, loja,

12 As cirandas são conhecidas como danças de roda, tocadas por violeiros. São praticadas em diversas partes do litoral do Brasil, como nos estados de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Em Paraty, a Ciranda Caiçara encanta moradores e visitantes pela força da sua tradição, remetendo às danças europeias de salão e às palmas e batidas indígenas (Ciranda Caiçara de Paraty, 2012).





Figura 10. Rua do Centro Histórico de Paraty, tomada por estabelecimentos comerciais de bares, restaurantes, lojas de artesanatos e suvenires, dentre outras, frequentadas por turistas.

Fonte: Matraqueando Viagens e Comidinhas (2018), Public Domain.



Figura 11. Rua de Paraty em dia da festa de Nossa Senhora dos Remédios, padroeira da cidade. Momento em que os moradores da cidade costumam frequentar o Centro Histórico.

Fonte: Paraty Turismo e Ecologia (2019), Public Domain.

etc. Tal como no pequeno povoado costeiro italiano apresentado na novela *A especulação imobiliária*, de Ítalo Calvino (1981), é difícil para os moradores locais resistirem a tão grande pressão.

No entanto, existe uma clara interdependência entre as duas parcelas da cidade (Figuras 14 a 17), pois aqueles que vivem na parte nova necessitam do emprego que lhes é oferecido na parte antiga, no comércio e serviços do Centro Histórico, e esta última, por sua vez, necessitam da mão de obra dos trabalhadores



Figura 12. Ciranda Caiçara de Paraty, roda de músicos.

Fonte: Ciranda Caiçara de Paraty (2019), Public Domain.



Figura 13. Centro histórico (parte cinza) e “cidade nova” (parte colorida).

Fonte: IPHAN, Arquivo Noronha Santos – Inventário e Cartografia. Editado por Marcela Padilha.

que vivem na parte nova para dar suporte ao grande número de turistas que recebe anualmente, assim como de lugares para hospedar os visitantes.

Finalmente, é importante mencionar que, física e simbolicamente, “as duas cidades em uma” estão separadas por uma “corrente de ferro” que delimita a área do sítio histórico original da cidade e impede a entrada de veículos motorizados (Figura 18). Portanto, o que se observa, de fato, é uma distinção espacial marcante entre o sítio histórico e as demais partes da cidade de Paraty, reforçada pelas

Figuras 14 e 15. Paisagem do Centro Histórico de Paraty, que fora do período de férias, de eventos e fins de semana, fica praticamente vazio, com pouca circulação de pessoas.

Fonte: fotos de Marcela Padilha, março 2011.



Figuras 16 e 17. Paisagem do entorno do centro histórico de Paraty. Destaque para o variado comércio da Av. Roberto Silveira (indicado por inúmeras placas) e para a paisagem do bairro Mangueira (à direita).

Fonte: fotos de Marcela Padilha, março 2011.

desigualdades econômicas e sociais já assinaladas e refletidas na paisagem. Assim, as correntes expressam mais do que simples diferenças, pois estabelecem um limite e uma descontinuidade na forma urbana, fracionando a identidade territorial da população da cidade.

### Para não concluir: o dilema do reconhecimento como Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade

Diante do quadro apresentado, é possível ter uma Paraty que, embora com claras distinções em suas paisagens, possa preservar a cultura e identidades territoriais locais, não só do seu corpo físico, mas também do seu patrimônio imaterial? É possível que a cidade ofereça a mesma qualidade de seus espaços

públicos dentro e fora das “correntes de ferro”, que delimita física e simbolicamente o seu espaço urbano?

As perguntas acima expressam o dilema contemporâneo da cidade de Paraty, reforçado pelo seu recente reconhecimento como Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade, pela Unesco, anunciado em 05 de julho de 2019 no Dia Mundial do Meio Ambiente<sup>13</sup>. Até que ponto o reconhecimento de Patrimônio da Humanidade pode beneficiar a cidade e sua população moradora, sem aprofundar as desigualdades sociais já existentes e a dilapidação do meio ambiente?

Por duas outras vezes, a cidade de Paraty já havia tentado a sua candidatura (em 2004 e 2009) a

<sup>13</sup> A decisão ocorreu na 43ª reunião do Comitê de Patrimônio Mundial da Unesco, realizada em Baku, capital do Azerbaijão, entre 5 e 10 de julho de 2019.





Figura 18. Largo da Pedreira, no início do Centro Histórico, tendo no primeiro plano a “corrente de ferro” que delimita este sítio.

Fonte: foto de Marcela Padilha, março 2011.

patrimônio mundial na Unesco, mas sem sucesso. Foram entraves nas duas ocasiões a baixa cobertura de saneamento e a violência urbana<sup>14</sup>, frutos da forte desigualdade social e espacial, visível na paisagem, e já assinalada anteriormente.

A despeito desse pleito favorável, a cidade permanece sofrendo com problemas que atingem, principalmente, aqueles que nela vivem. Além da deficiência no saneamento básico e do aumento da violência urbana, nos últimos anos, a cidade convive com inundações constantes, poluição dos rios e da baía —que prejudica a atividade pesqueira e turística—, bem como com a falta de capacitação da mão de obra local, entre outros.

Em relação aos dois últimos pleitos junto à Unesco, a solicitação incluiu o patrimônio natural da Ilha Grande e a extensa área preservada de floresta —mata atlântica— na Serra da Bocaina, acrescentando, assim,

<sup>14</sup> Segundo o IBGE (2010) no Censo de 2010, a cobertura de esgoto era de pouco mais da metade da população (56,4%) e a taxa de homicídios era de 60,9 por 100 mil habitantes, uma das 50 mais altas do Brasil.

a *biodiversidade* como palavra-chave. Além disso, a cidade fluminense de Paraty tornou-se o primeiro sítio misto da América do Sul onde se encontra uma cultura viva, e não apenas um sítio arqueológico. Todos os demais sítios da região, como Machu Picchu, no Peru, são sítios arqueológicos em uma paisagem natural (Maciel & Altino, 2019, 5 de Julho).

A extensão do reconhecimento ao ambiente natural do entorno, incluindo a Ilha Grande e a Serra da Bocaina, foi fundamental para a aprovação do reconhecimento. Contudo, só aumenta o tamanho dos problemas a serem solucionados e acrescenta outros, pois, se, por um lado, abre portas importantes para atrair recursos com a possibilidade de financiamentos nacionais e internacionais, de outro lado, aumenta enormemente a responsabilidade política e moral em suas resoluções. Ao todo, são 149.000 hectares abrangendo seis municípios dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo a maior porção em Paraty e Angra dos Reis, e a área patrimonializada pela Unesco abriga ainda terras indígenas, quilombolas e comunidades caiçaras tradicionais (Milhorange & Jansen, 2019, 5 de Julho).

O governo local e os técnicos da prefeitura, à frente da administração da cidade, ressaltam os benefícios que o reconhecimento irá proporcionar à cidade de Paraty (Maciel & Altino, 2019, 5 de Julho), mas não estamos seguros de que tais benefícios acontecerão de fato. Ao contrário, se não forem acompanhados de políticas públicas de enfrentamento das desigualdades sociais, de qualificação de trabalhadores para as atividades turísticas e urbanas, e dos problemas ambientais existentes, dificilmente teremos um bom



Figura 19. Cartaz de divulgação Paraty Patrimônio Mundial.

Fonte: Twitter #ParatyPatrimonioMundial<sup>15</sup>, Public Domain.

resultado. Podemos, sim, ter o aumento dos mesmos e o aprofundamento das contradições.

Igualmente, será necessário um plano de integração entre os dois setores do tombamento, a saber, o Centro Histórico da cidade de Paraty e o ambiente natural da Ilha Grande e Serra da Bocaina patrimonializados, sob pena de haver um desequilíbrio de gestão e se estabelecer um fosso entre essas duas áreas, com o aprofundamento das diferenciações.

A atração de mais turistas e negócios, com o reconhecimento de Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade pela Unesco, não necessariamente resultará em benefícios e desenvolvimento para a cidade e a região, como já foi demonstrado em outras áreas tombadas como patrimônio da humanidade no

<sup>15</sup> Ver <https://twitter.com/hashtag/paratypatrimoniomundial>

mundo. Tudo irá depender do que se pretende fazer com a aquisição desse título e a condição extremamente nobre e importante para a humanidade em escala global. Como afirma Dale Tomich (2011): “O mundo sempre foi global. Mas o fenômeno mais recente a que chamamos ‘globalização’, criou novas relações econômicas, políticas e culturais, que aumentaram a desigualdade de maneira significativa” (p. 248).

O dilema de Paraty frente à sua mais nova condição de Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade é o mesmo de inúmeras cidades e sítios naturais e arqueológicos como patrimônio mundial. Encontram-se todos submetidos ao fenômeno da globalização e às formas perversas de banalização da lógica da mercadoria, da propriedade privada e da financeirização das relações sob o domínio da técnica e da informação, que promovem a acumulação de riqueza às custas do aumento progressivo das desigualdades.

E o dilema de Paraty, na sua dimensão local, é igualmente o dilema do mundo, o da superação das contradições do nosso tempo, da tirania do “território do dinheiro” e da necessidade de uma outra globalização (Santos, 2012, p. 174). A dimensão local, portanto, deve ser pensada na sua relação com o contexto mais amplo no qual se insere. O futuro nos revelará como tais contradições irão se desenvolver.

## Referências

- Berque, A. (1998). Paisagem, Tempo e Cultura. Em R. Corrêa e Z. Rosendahl (Orgs.), *Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da problemática para uma Geografia Cultural*. EdUERJ.

- Bomfim, D. (2010). *O centro histórico da cidade do Salvador: sua integração sociourbana*. UFFS Editora.
- Borja, J. (1998). Ciudadanía y espacio público. *Ciutat real, ciutat ideal: Significat i funció a l'espai urbà modern*. Centro de Cultura Contemporània de Barcelona. <https://www.publicspace.org/es/multimedia/-/post/citizenship-and-public-space>
- Calvino, Í. (1981). *La especulación inmobiliaria*. Bruguera.
- Ciranda Caiçara de Paraty (2012). A Ciranda. <https://cirandacaicaradeparaty.wordpress.com/about/>
- Decreto nº 58.077, de 24 de março de 1966. Converte em monumento nacional o município Fluminense de Paraty e dá outras providências. “Diário Oficial” de 25 de março de 1966, pág. 3.175, seção I, parte I. República do Brasil. [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_n\\_58.077\\_de\\_24\\_de\\_marco\\_de\\_1966.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_58.077_de_24_de_marco_de_1966.pdf)
- Fratucci, C. (2008). *A Dimensão Espacial nas Políticas Públicas Brasileiras de Turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.
- Garcia, F. (1997). *Cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Palavra.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). Censo 2010. <https://censo2010.ibge.gov.br>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2019). Paraty e Ilha Grande (RJ) recebem título de Patrimônio Mundial da Unesco. <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5164/paraty-e-ilha-grande-rj-ganham-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco>
- Lamego, A. (1948). *O Homem e a Serra*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística & Conselho Nacional de Geografia.
- López, R. (2008). Los tejidos históricos como espacio museístico o como ciudad vivida. ¿Diseño para el uso o para la estética? Em *PH cuadernos n.º 22 Espacio Público, ciudad y conjuntos históricos* (pp. 69-77). Consejería de Cultura.
- Maciel, M., & Altino, L. (2019, 05 de Julho). Paraty e Ilha Grande recebem título de Patrimônio Mundial da Unesco. *O Globo Rio*. <https://oglobo.globo.com/rio/paraty-ilha-grande-recebem-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco-23785483>
- Matraqueando Viagens e Comidinhas. (2018). Paraty: guia essencial com passeios e dicas práticas para um roteiro econômico. <https://www.matraqueando.com.br/paraty-dicas-roteiro-o-que-fazer>
- Milhorance, F., & Jansen, R. (2019, 5 de Julho). Paraty e Ilha Grande ganham título inédito e viram patrimônio mundial. *Estadão*. <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,paraty-e-reconhecida-como-patrimonio-cultural-e-natural-da-humanidade,70002906528>
- Paraty Turismo e Ecologia. (2019). Festa de Nossa Senhora dos Remédios 2019. [http://www.paraty.com.br/festa\\_remedios.asp](http://www.paraty.com.br/festa_remedios.asp)
- Paz, O. (1994). La casa de la presencia. Em *Obras Completas* (vol. 1). Fondo de Cultura Económica.
- Proença, R. (2007). *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Editora da Unicamp & Editora da UFS.
- Rodrigues, M. (2002). Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. Em P. P. Funari e J. Prinsley, *Turismo e patrimônio cultural* (pp. 15-24). Contexto.
- Santos, M. (1984). *Pensando o espaço do homem*. Hucitec.
- Santos, M. (2012). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (22ª ed.). Record.
- Silva, F. (2003). *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. EdUSP/Ed. Petrópolis.
- Tomich, D. (2011). *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. EdUSP.
- Wallestein, I. (1993). World-systems analysis. Em A. Guiddens e J. Turner (Eds.), *Social theory today* (4ª ed.) (pp. 309-324). Polity.